

DEPOSITO LEGAL
JAN. 1976

Poder Popular

Director: Fernando Ribeiro Mendes Órgão do Movimento de Esquerda Socialista Ano I N.º 21 (Nova Série) 16 de Dezembro de 1975 Preço 4\$00

RESISTIR

UNIR

LUTAR

VENCER



**são os princípios que devem nortear
a acção dos revolucionários
e das massas populares**

CARTA: um operário conta a sua vida de luta e as razões do seu afastamento do PCP

Sou um operário. Um operário que passou a vida inteira a ser explorado. Um trabalhador que passou a vida sonhando com uma vida melhor onde não faltasse o comer para os filhos, uma vida mais leve para a companheira envelhecida pelo trabalho duro, porque o que eu ganhava nunca chegou para governar a casa. A minha companheira que suportou muitas vezes o fardo de alimentar sózinha a família, quando eu ficava sem trabalho, **por defender os meus direitos**. Sou apenas um humilde trabalhador mas mesmo assim fui perseguido. Nunca voltei a cara quando era a hora de lutar. Aprendi a ler depois de homem feito com a ajuda de um camarada.

Até agora li tudo o que pude para compreender esta maldita sociedade capitalista, dominada por uma corja de canalhas que nos roubam o que devia ser para nossos filhos. Nunca sonhei com vida fácil nem com privilégios para mim. **Mas acreditei sempre que a minha humilde luta junta com a de milhares de outros camaradas, havia de conseguir construir uma sociedade nova sem explorados nem exploradores.** Fui até à pouco simpatizante do PCP.

Nos longos anos de amargura e sacrifícios, quando o desespero era maior, restava-me a esperança de que o PC era a nossa força e que um dia ele seria a nossa vanguarda que havia de derrotar os capitalistas e varrer do nosso país a opressão.



Depois do 25 de Abril comecei a ficar um bocado confundido. A princípio acreditei que algumas lutas de trabalhadores eram erradas. Um dia li um jornal vosso, bastante atrasado, que me chamou a atenção para os problemas da revolução em Portugal. Então aconteceu que com a leitura frequente do vosso jornal eu vi nele as posições que ansiava ver tomadas pelo PCP. A princípio, como não tinha ouvido falar no MES, pensei (o que faz a ignorância) que fosse uma organização ligada ao Partido; **vi depois que não, e comecei a simpatizar com o vosso partido.** No entanto convenci-me que com o avanço da revolução os partidos dos trabalhadores se uniriam e derrotariam a burguesia. Às vezes achava que vocês eram muito exaltados. Também muitas vezes não percebia bem o que vocês diziam, mas já não era capaz de deixar de estar com atenção ao que vocês faziam.

Um dia assisti aqui na Moita a um Comício vosso e descobri o que era realmente esclarecer. Uma coisa que nunca mais esqueci é que apesar da maioria das pessoas presentes serem do PCP houve entusiasmo e até aplausos. Vocês não escondiam nada, apontavam o que era preciso fazer, explicavam porquê e nunca deixavam uma questão sem resposta. Com tudo isto chegou o 25 de Novembro. Esperei ansioso o avanço do PCP e afinal o que aconteceu? Esperar, esperar, esperar. Mas esperar o quê? A derrota, que foi o que aconteceu. Havia riscos? Não há revoluções sem riscos. Por causa de não correr riscos, sofremos uma derrota. E agora?

Então andámos nós, trabalhadores, uma vida inteira a arriscar a liberdade e alguns até a vida para no fim sermos derrotados?

Camaradas:

Não posso deixar de lutar. Apesar de compreender que o PCP já não é a vanguarda em que eu confiei, não me alisto noutro partido. **Mas sou um revolucionário e hei-de sê-lo até ao fim; por isso ofereço-me para trabalhar com o vosso partido, para fazer a Revolução Socialista.**

Um grande abraço de um revolucionário

Comissão de Vigilância das FA denuncia o golpe de direita

O que aconteceu no dia 25 de Novembro foi um golpe de direita

Depois de derrotada nas duas anteriores tentativas de grande estilo — 28 de Setembro e 11 de Março — a coligação social-democrata/MRPP/AOC/fascista estava pronta a vibrar mais um golpe.

Até 11 de Novembro as provocações sucederam-se procurando a todo o transe evitar a proclamação de independência de Angola pelo MPLA; e, depois desta data, visando submeter rapidamente o Povo Português à tutela do imperialismo americano e europeu ocidental, para que o exemplo de um Portugal revolucionário não fosse contagiado a vizinha Espanha e mesmo a restante Europa.

Como provocações devem ser entendidas a quase totalidade das medidas que o Conselho dito da Revolução e o VI Governo tentaram pôr em prática antes do 25 de Novembro: lei de censura militar; criação do AMI; planeamento de manobras militares; ataques às conquistas dos trabalhadores dirigidos contra a Reforma Agrária, as nacionalizações, os contratos colectivos, o Poder Popular; silenciamento por via administrativa ou à bomba da Informação livre; saneamentos à esquerda no aparelho de Estado militar e civil; projecto de dissolução de unidades militares revolucionárias e afastamento do CR dos seus membros mais progressistas.

A impossibilidade de levar a cabo, em toda a sua extensão, estas e outras intenções da mesma natureza contra-revolucionária — ante a vigilância e resistência das massas populares e dos militares progressistas — decidiram os inimigos da Revolução, laços do imperialismo internacional, a passarem à acção.

Constituem provocações finais: no plano civil, a auto-suspensão do Governo e a rejeição absoluta de qualquer solução política negociada; no plano militar, a nomeação do capitão Lourenço com a missão de esmagar o espírito revolucionário da guarnição militar de Lisboa, e o desprezo a que foram votadas as justas reivindicações dos pára-quedistas.

O plano golpista contra-revolucionário das forças da direita que há meses vinha sendo preparado incluía como peça fundamental a instauração do estado de sítio em Lisboa e o seu isolamento do resto do País. Plano semelhante ao que já Spínola pretendia executar em 28 de Setembro de 1974.

Esta CVRFA dá conhecimento dos seguintes factos que provam, a existência desse plano, no qual a sublevação dos pára-quedistas apenas serviu de pretexto.

1. Deslocação para a Base Aérea de Corteça/Ovar (base americana NATO), no dia 24, de mais doze helicópteros armados de caças Fiat a acrescentar ao material de guerra (nomeadamente quantidades enormes de bombas e munições) que vinha a ser acumulado nessa Base; indicação a todos os oficiais reaccionários da Força Aérea auto-saneados ou ainda em serviço para se apresentarem a partir das 0 horas do dia 25 na Base de Corteça.

2. Montagem, no dia 24 à tarde, de dois Postos de Comando em ligação, um no Palácio de Belém e outro no Batalhão de Comandos na Amadora, este dirigido pelo tenente-coronel Ramalho Eanes.

3. Levantamento reaccionário/fascista na região de Rio Maior na noite 24/25, que conduziu ao corte de todos os acessos rodo-

viários e ferroviários a Lisboa, prolongando-se essas acções até às estradas a sul do Tejo (Porto Alto, Alcácer).

4. Permanência na cidade do Porto, durante o dia 24, dos dirigentes sociais-golpistas Mário Soares e Manuel Alegre, onde mantiveram diversos contactos conspirativos com o Q. G. da Região Militar do Norte.

5. Intervenção da CIA, no dia 20, anunciando eminente golpe comunista em Portugal, numa manobra clássica e já bem conhecida destinada a cobrir e acelerar o golpe de direita. Essa intervenção foi efectuada através de telegrama enviado ao CR e distribuído por agência noticiosa da Alemanha Federal notoriamente ligada à CIA.

6. Campanha dos partidos políticos de direita (com a direcção do PS à cabeça) e da Imprensa reaccionária MRPP/AOC/fascista nacional e estrangeira contra a esquerda militar e civil e apelando para os Pinochets potenciais como Jaime Neves e outros, como salvadores da democracia. Verificase, de facto, que todas as exigências da direita proclamadas antes do golpe de 25 de Novembro foram imediatamente satisfeitas, faltando apenas a eliminação de Costa Gomes.

7. Sequestro do general Oteio em Belém, durante a tarde de 25 de Novembro, como parte do golpe em tudo idêntico ao tentado por Spínola em 28 de Setembro, visando decapitar e paralisar o COPCON e forçar a instauração do estado de sítio.

8. Finalmente e decisivamente, declarações de alguns membros do Conselho da Revolução, no dia 30, em conferência de Imprensa, confessando terem «adivinhado» que um golpe teria lugar no dia 25.

Trata-se de um perí-

goíssimo avanço rumo ao fascismo, de uma nova etapa a caminho da final implantação em Portugal de um regime idêntico ao que oprime e assassina o povo do Chile. Como no Chile, a perseguição e eliminação dos militares de esquerda e progressistas é condição prévia para assegurar o triunfo do golpe do pinochet português qualquer que ele seja, pois há abundância de candidatos. Tal como no Chile, a lei de busca de armas visa apenas desarmar e intimidar a classe operária e fornecer pretextos para a desarticulação das suas organizações tornando-a impotente face ao terror fascista.

A CVRFA alerta o Povo Português e os povos progressistas de todo o Mundo para a execução prevista de grandes manobras militares em Janeiro de 76, as quais, segundo o plano dos conspiradores militares fascistas e seus mentores da CIA, representarão o acto final da «reestabilização» política em Portugal, isto é de um fascismo à Chile com todas as suas terríveis consequências.

A CVRFA alerta o Povo Português fardado e à civil para a escalada de provocações que até Janeiro de 76 vai ser desencadeada, particularmente contra as estruturas sindicais e dos trabalhadores e contra organizações e militantes de esquerda.

UNIDADE E FIRMEZA ANTIFASCISTA PARA A VITÓRIA!
MORTE AO FASCISMO E A QUEM O APOIAR!
PORTUGAL NÃO SERÁ O CHILE DA EUROPA!
SOLDADOS, MARINHEIROS, OPERÁRIOS, CAMPONESES, UNIDOS VENCEREMOS!

1 de Dezembro de 1975
A COMISSÃO DE VIGILÂNCIA REVOLUCIONÁRIA DAS FORÇAS ARMADAS



a propósito do pacto "Partidos-MFA"

No começo de Abril deste ano, o Movimento de Esquerda Socialista, depois de profunda discussão sobre o significado e a importância do Pacto proposto pelo MFA aos partidos, decidiu não o assinar.

Quanto ao Movimento de Esquerda Socialista, o Pacto, mais do que a formalização de uma aliança política entre cada um dos partidos e o MFA, representava uma tentativa de conciliação entre organizações que não só defendiam e defendem interesses de classe diversos, contraditórios e mesmo antagónicos, como também, pela sua prática desde o 25 de Abril de 1974 mostravam ter posições muito diferentes em relação ao MFA, ao processo revolucionário, à luta pelo socialismo e pela independência nacional.

Quanto ao Movimento de Esquerda Socialista, o Pacto, como todo e qualquer compromisso pelos representantes do capital nacional e internacional, só seria por estes respeitado enquanto a força assim o obrigasse; o MES afirmou portanto publicamente que «se no decorrer do chamado período de transição a relação de forças se alterar, tal Pacto será imediatamente furado pelos partidos da burguesia».

O Movimento de Esquerda Socialista considerou o Pacto como um instrumento meramente defensivo que o MFA se via obrigado a utilizar como forma de minimizar os custos políticos que o povo trabalhador e as forças progressistas pagariam com a realização das eleições burguesas para a Constituinte.

O Pacto representava uma tentativa de controlo pelo MFA da democracia burguesa, tentativa histórica e cientificamente condenada ao fracasso, pois como o MES exprimiu no momento «A democracia burguesa não se controla, ataca-se, se é que é o socialismo que se pretende e não qualquer regime autoritário de fachada mais ou menos democrática ou mais ou menos «socializante» mas que, de uma forma ou de outra, apenas reflectirá novas formas de exploração e opressão da classe operária e dos seus aliados históricos».

A história recente da luta de classes e da luta política em Portugal veio mostrar claramente a justeza das posições do MES e a natureza revolucionária da atitude assumida. Com efeito, alterou-se a relação de forças ao nível do Poder, o que passou por um golpe reaccionário em duas fases (1 — destruição do MFA enquanto força progressista na Assembleia de Tancos; 2 — destruição das unidades militares progressistas e revolucionárias, do Copcon, adequação da Informação aos interesses dos exploradores, com o fim de adaptar o aparelho repressivo e ideológico do Estado à defesa da contra-revolução utilizando a farsa miserável da resposta

a um inexistente «golpe» da esquerda revolucionária) e cuja terceira fase é preparada neste momento (regresso ao fascismo com a institucionalização da violência militarista contra a classe operária, o povo trabalhador e as suas organizações

militares dentro ou fora dos quartéis não fossem sempre um instrumento de uma ordem de classe (cuja natureza não é evidentemente tema de discussão...), como se o MFA ainda existisse, facto que a realidade desmente, mas que parece estar interiorizado nos cérebros confundidos de certos militares idealistas e de intelectuais «independentes» que ainda se julgam e dizem de esquerda. Os fascistas civis e militares não se preocupam demasiado com esta polémica pois têm tido ocasião de verificar que os defensores do «MFA vanguarda nacional» vão de cedência em cedência, facto que a chamada revisão do Pacto está a confirmar.

Para o MES, a fasciszção do País que a burguesia e o imperialismo procuram, passa pela eliminação formal dos aspectos do Pacto que procuravam controlar a democracia burguesa. A democracia descontrolada, na actual situação de reorganização da repressão de classe, é a via mais curta para os afrontamentos decisivos que a reacção prevê como totalmente favoráveis aos seus intentos fascistas.

No entanto a burguesia e o imperialismo terão que se haver com a capacidade de luta e a coragem de classe já suficientemente demonstradas desde o 25 de Abril pelo proletariado e seus aliados (e que no 25 de Novembro foi miseravelmente traído pelos falsificadores do comunismo) que virá novamente ao de cima no momento desse afrontamento, e que, assim, na resistência, na unidade, na organização dos trabalhadores, o fascismo não passará!

Poder Popular

em frente por um poderoso movimento de massas anticapitalista

- os fascistas CDS assinam o pacto para se esconderem das massas populares
- os sociais-democratas PPD/PS assinam o pacto para se insinuarem às massas populares
- os reformistas PC/MDP assinam o pacto em nome da unidade (que unidade ?)
- o MES não assina o pacto porque defende um claro avanço do processo revolucionário



camaradas:

capa do "Poder Popular" quando do "pacto" de Abril/75

de classe, o que passa pela eliminação do Grupo dos Nove a nível militar e pelo reforço dos partidos fascistas e fascisantes CDS e PPD).

Faça a esta alteração da relação de forças, conduzida sob a batuta da CIA e da cada vez menos «democrática» burguesia portuguesa, e que contou com a complacência dos revisionistas, eis que os partidos burgueses e os militares reaccionários, como o MES previa, põem em causa o Pacto.

A discussão que neste momento se trava nos gabinetes alcatifados dos chefes burgueses civis e militares sobre a revisão do Pacto é uma discussão que os trabalhadores portugueses deverão observar como secundária em relação à sua luta, mas como importante pois reveladora da nova ordem antipopular que sobre eles se irá abater. Essa discussão assume aspectos ridículos como «o regresso ou não dos militares aos quartéis», «Papel do MFA na actual situação», como se neste momento os

Poder Popular

6 meses 1000 00

12 meses 2000 00

apoio 400 5 00

estrangeiro Europa 5000 00

Nome

Morada

Localidade

Profissão

ENVIO CHEQUE N.º

BANCO

ENVIO VALE DE CORREIO N.º

Jornal semanal — todas as 4.ª-feiras

Propriedade do Movimento de Esquerda Socialista

Administração - Redacção Av. D. Carlos I, 128, Lisboa telefone 66 26 83

Composição e Impressão Renascença Gráfica - S.A.R.L. Rua Luz Sôriano, 44 - Lisboa

PM

4.º Comunicado da Comissão de Luta

Ao avanço das lutas das massas trabalhadoras e dos sectores progressistas na conquista das liberdades democráticas e no caminho para a construção da sociedade socialista sempre a burguesia e seus aliados reacçãoários se opõem por todos os meios, incluindo os mais violentos.

O clima e a escalada de intimidação, afastamento e substituição de militares progressistas e de conluio das forças do capital e do fascismo, culminou em 23 de Novembro com as reivindicações dos agrários em Rio Maior e a ratificação de Vasco Lourenço para o comando da RML. O levantamento de barricadas naquela região e outras acções de sabotagem no triângulo Rio Maior/Cadaval/Bombarral, área considerada fulcral para o reabastecimento de Lisboa, conjugada com o ataque a herdades colectivas no Alentejo, despoletaram o início de um vasto plano de acção (destruição de unidades militares progressistas, cerco a Lisboa e ocupação do Alentejo) que a direita militar concluiu em 8 de Novembro e que fora oportunamente denunciado pela Comissão de Vigilância Revolucionária das FA.

A crescente tomada de consciência de soldados e marinheiros, sua capacidade de iniciativa e de organização, perante as tentativas fascistas da hierarquia militarista das FA teve o seu ponto mais agudo na luta dos camaradas pára-quedaistas. O seu uso e instrumentalização no golpe reacçãoário de 11 de Março impulsionou-os para a luta pela democratização nos seus quartéis e pelo afastamento de «chefes» reacçãoários. A luta dos camaradas pára-quedaistas foi pontual e com objectivos definidos.

Não havia «golpe» de esquerda, porque à esquerda não actua por golpes.

Havia, sim, um golpe de direita em marcha, preparado pelas forças mais reacçãoárias da burguesia nacional e pelo grande capital americano e europeu, sob a direcção da CIA e seus agentes no nosso país, para impor ao nosso povo o regresso ao fascismo. Por isso o Quartel-General do golpe, instalado no Regimento de Comandos da Amadora, dispunha de todos os meios, com equipas de comando reacçãoário prontas a instalar-se nas unidades a abater (caso evidente do RPM) e até de uma central para escutas telefónicas montada pela ITT. Aliás, a IBM/ITT foi ao ponto de enviar aos comandos mortos coroas de flores «como agradecimento pelo seu contributo em defesa da liberdade». Da liberdade deles, claro.

Este golpe militar de direita vem cavar o terreno onde se irá implantar uma política repressiva, antipopular e de continuação da exploração da classe operária e das massas trabalhadoras. Jaime Neves declarou ao Presidente da República que não estava satisfeito e que podia contar com ele e com os seus homens para ir mais além. Pires Veloso tem vindo publicamente a dar o seu apoio à acção de Jaime Neves. Este não se mostra também muito entusiasmado com a nomeação de Vasco Lourenço para comandante da RML. E, neste contexto, começaram a aparecer os primeiros frutos da política do post 25 de Novembro: prisão e detenção de militares progressistas, mandatos de captura, perseguição e espancamento de revolucionários consequentes, assassinato de delgados sindicais, buscas a sindicatos, saque a sedes de organizações políticas de esquerda, enquadramento e armamento de forças repressivas, criação de novos serviços de informação e contra-espionagem, controlo da informação, bloqueio dos salários. **ONDE IREMOS PARAR?**

**MORTE AO FASCISMO E A QUEM O APOIAR
LIBERTAÇÃO DOS MILITARES ANTIFASCISTAS PRESSIONADOS
INFORMAÇÃO REVOLUCIONÁRIA AO SERVIÇO DA CLASSE OPERÁRIA
OPERÁRIOS, CAMPONESES, SOLDADOS E MARINHEIROS, UNIDOS VENCEREMOS**

5.12.75 A COMISSÃO DE LUTA

MOLAFLEX resistir para vencer

a luta da Molaflex é uma luta exemplar a dois níveis:

— por um lado, põe a nu o significado claro do «25 de Novembro» e a reestruturação do «velho» aparelho repressivo — GNR/PSP

— por outro lado, mostra como é correcta a nossa palavra-de-ordem para a classe operária: «unir para resistir! lutar para vencer!»

No passado dia 4 os operários metalúrgicos das indústrias Molaflex-Fábrica 1 resolveram parar cerca das 9 da manhã para discutir a questão da aplicação da portaria que introduz novas tabelas salariais. Essas tabelas beneficiam cerca de 80 por cento dos trabalhadores da empresa e a administração recusa-se a cumprir com argumentos vários entre os quais avulta o de que

ram entrar na fábrica, de rompante e de armas aperradas, uma força de choque composta por militares, agentes da P S P e da G N R (alguns armados de G3 e granadas lacrimogéneas) dispostos a fazer dispersar os operários reunidos dentro das oficinas

Ao mesmo tempo que isto sucedia, apareceu um helicóptero que sobrevoava a empresa num

declarar, entre risos dos operários, de que estava do lado deles e que tinham vindo ali enganados e que sairiam imediatamente. Ao saírem, algumas pessoas que estavam do lado de fora das oficinas insistiram em que os patrões estavam presos e era preciso libertá-los. A isto respondeu um dos elementos que se tivesse um sindicato também fazia como estavam a fazer os traba-

das as condições que lhes permita fazer pressão sobre os trabalhadores pois para isso já conta novamente com as forças que estarão dispostas a fazê-lo. Só assim se compreende que qualquer laçoio dos patrões possa chamar, como antes do 25 de Abril, as forças repressivas e elas se apresentem tão rapidamente. Mas a burguesia terá que contar com a força organiza-



a empresa irá à falência por causa disso. Decidiu esta paragem, foram chamados às oficinas dois administradores, que estiveram em diálogo, mais ou menos violento, até cerca das 17 horas, rodeados de algumas centenas de trabalhadores.

Nada fazia prever até aí que esta reunião se transformasse noutra coisa que não fosse o colocar de posições, radicalizadas em torno dos interesses das partes envolvidas. Foi com surpresa que os operários vi-

acto intimidatório. Passado o efeito da surpresa os operários presentes, ao mesmo tempo que responsabilizavam a administração pelo que viesse a acontecer, armados do que puderam arranjar no momento — tubos e barras de ferro e aos gritos: «fascistas já lá para fora» — fizeram frente às forças repressivas, obrigando-as a retratar-se do papel que ali as levou. O graduado da G. N. R. assustado com a força e determinação dos trabalhadores viu-se em apuros para subir a uma mesa e

lhadores em luta. Esta vitória dos operários da Molaflex sobre a repressão só foi possível porque, no momento em que as forças repressivas ali entraram, houve no terreno uma direcção que se opôs decididamente e deu a palavra de ordem de resistir para vencer. Este episódio mostra claramente como a burguesia e os seus laçoios já se estão a comportar nas novas condições criadas pela repressão que se abateu sobre os revolucionários depois do 25 de Novembro. A burguesia julga estarem já cria-

dos trabalhadores que farão, com coragem e determinação, frente às forças repressivas a soldo dos capitalistas. A burguesia joga já com os soldados que são trabalhadores fardados contra os seus irmãos de classe. É preciso que os trabalhadores desmascarem esta manobra e conquistem para o seu campo os soldados e marinheiros mostrando-lhes que ao reprimirem trabalhadores se estão a colocar contra eles próprios pois quando saírem da tropa serão trabalhadores explorados como nós

O GOLPE MILITAR REACCIONÁRIO TAREFAS DO MOVIMENTO POPULAR E DOS REVOLUCIONÁRIOS

1 os acontecimentos do "25 de Novembro"

Para se entenderem os acontecimentos do 25 de Novembro é necessário considerar o papel das forças da direita social-democrata e fascizantes. Tal como antes do 28 de Setembro e do 11 de Março essas forças vinham articulando um plano político-militar, com forte apoio e participação do imperialismo internacional. Esse plano encontrou terreno favorável para o seu desenvolvimento e êxito temporário, quer nas contradições no seio do MFA e principalmente pela polarização em torno do «documento dos nove» de todos os sectores hesitantes, reaccionários e fascistas das Forças Armadas, quer no descontentamento ao nível de massa de sectores sociais cujos interesses materiais ou tinham sido fortemente atingidos pela política de nacionalizações e Reforma Agrária pós 11 de Março ou não tinham sido satisfeitos pela incapacidade de sucessivos governos provisórios de conciliação de classes.

Pela análise do desenrolar dos acontecimentos e pelos dados de que dispomos não nos restam dúvidas do carácter reaccionário do golpe de 25 de Novembro nem da natureza das forças que estiveram na sua preparação, desencadeamento e aproveitamento político.

Que foi preparado cautelosamente pelas forças da direita social-democratas e fascizantes provam-no os acontecimentos de Rio Maior cortando as vias de comunicação para Lisboa em cuja preparação estiveram implicados desde agentes do MDLP até ao Partido Socialista, passando pelo Partido da Democracia Cristã, CDS e PPD, com graus diferentes de empenhamento mas com idênticas responsabilidades políticas pelas suas consequências.

Provam-no os acontecimentos provocados pela iniciativa de afastamento de Otelo do Comando da Região Militar de Lisboa que levaram a uma solidariedade em cadeia dos comandos das unidades militares revolucionárias.

Provam-no a entrada de prevenção das unidades militares da NATO em Espanha, França, etc., no dia 23 de Novembro, assim como várias reuniões conspirativas de oficiais reaccionários nas vésperas do 25 de Novembro em que se contabilizaram as forças militares em presença e em que se elaborou o plano militar a pôr em execução na sequência das provocações às forças político-militares progressistas e revolucionárias.

Os verdadeiros e principais responsáveis pelos acontecimentos estão perfeitamente identificados e encontram-se nas forças de direita social-democrata e fascizantes que conluídas com os agentes do imperialismo inter-

nacional julgaram chegar o momento, agora que o processo de descolonização está esgotado, de encetar o caminho da modernização do capitalismo em Portugal que o movimento popular de massas e os oficiais progressistas e revolucionários tinham contrariado desde o 25 de Abril.

Não é assim de estranhar que no período que antecedeu o 25 de Novembro, no decurso dos acontecimentos e agora, se assista a uma campanha contra as forças civis e militares revolucionárias.



Essa campanha insere-se já no processo de preparação do golpe reaccionário e fascizante que tinha como pressuposto importante a marginalização das forças revolucionárias que consequentemente organizavam a classe operária, os trabalhadores, soldados, marinheiros e oficiais progressistas e revolucionários para a luta contra o fascismo, o capitalismo e o imperialismo, pela criação de um poder revolucionário que fosse capaz de dar resposta aos mais profundos anseios e aspirações das massas exploradas e oprimidas da nossa Pátria.

Esta política da direita social-democrata e fascizante pôde no entanto lograr êxito pelo carácter conciliatório da política dos reformistas do PCP e pelas suas hesitações sucessivas entre alinhar no terreno da luta ao lado dos

revolucionários ou canalizar fundamentalmente para a mesa das negociações a força do movimento popular de massas em ascensão desde a queda do V Governo Provisório.

O MES e os revolucionários que lutaram, lutam e lutarão pela construção de uma Pátria Socialista e independente, não confundem os inimigos da Revolução Socialista, os agentes da contra-revolução, as forças da direita social-democrata e fascizante, com adversários políticos que prosseguindo uma política de conciliação, como o PCP, foram levados a adoptar uma tática aventureira de cuja responsabilidade procuram agora apressadamente eximir-se.

O MES e os revolucionários assumem pois por inteiro a responsabilidade de terem sabido analisar correctamente o carácter heterogéneo e a natureza e origem pequeno-burguesa do MFA e terem ousado destacar do seu seio, no processo da sua desagregação como um todo progressista no período posterior à Assembleia de Tanques, uma tendência revolucionária que se polarizou num primeiro momento em torno do «documento do COPCON» e depois do Manifesto subscrito por 18 oficiais e aprovado nas Vésperas do 25 de Novembro em plenários das principais empresas da cintura industrial de Lisboa.

O MES e os revolucionários assumem as suas responsabilidades por terem conduzido uma política que, passando pela construção de uma direcção política e de um programa de unidade revolucionária, fosse capaz de responder consequentemente à crise do poder, instituindo órgãos de onde fosse arredada a conciliação de classes, único meio de fornecer os instrumentos capazes de erguer uma política que servisse os interesses da classe operária e dos explorados e oprimidos, ou seja que levasse à criação de condições para a institucionalização de um poder revolucionário de transição para o Socialismo.

Enganam-se todos aqueles que pensam arredar o MES e os revolucionários de, nas novas condições de luta criadas a partir do 25 de Novembro, trilhar o caminho que conduz à preparação das condições para relançar a ofensiva popular, única via que conduz à organização da resistência ao processo de restauração do capitalismo e ao retorno do fascismo no nosso país.

Ao contrário do que afirmam em malabarismos verbais os conciliadores do PCP, as forças políticas revolucionárias e os oficiais consequentes com a luta pelo Socialismo nunca puseram de lado uma solução política para a crise político-militar.

Continua na página seguinte

documento da CPN do MES aprovado em 11/Dezembro/75

UNIR PARA RESISTIR; LUTAR PARA VENCER!

Continuação da página anterior

O que os revolucionários civis e militares não podiam aceitar era o papel de componente menor e manipulável como força de pressão ao serviço da política sectária e de conciliação conduzida pelos reformistas do PCP que se torna bem patente na grande manifestação de Belém no dia 21 onde são premediatadamente impedidos de usar da palavra os representantes dos partidos revolucionários da FUR impedidos de entrar na tribuna por um membro do CC do PCP, numa clara manobra que visava colocar as massas perante o facto consumado de apoiar Costa Gomes, agente importante do processo de negociação que estava em curso nas costas dos trabalhadores.

Se efectivamente os revolucionários dispunham de tanta força que lhes permitia bloquear e pôr em causa o êxito de um compromisso político com as forças democrático-burguesas e lançar um «golpe militar aventureiro», como nos acusam os conciliadores do PCP, como se explica que o PCP não tenha antes procurado um compromisso sério com os revolucionários persistindo na sua política sectária e manipulatória do movimento de massas?

É que a política de conciliação do PCP nunca lhe permitiu colocar a questão do poder noutra perspectiva que não fosse a do golpismo, visando simultaneamente selar um compromisso com as forças democrático-burguesas e afastar a componente revolucionária civil e militar do palco de luta pelo poder.

O carácter oportunista de direita desta política mani-

feita-se com toda a clareza ao longo de toda a crise e assume tacticamente aspectos aventureiros quando o PCP favorece a transferência para o terreno militar dessa política.

Assim, os conciliadores do PCP, preparando e favorecendo o desenvolvimento da iniciativa no plano militar, que passava pelo desencadeamento de acções militares estritamente defensivas (ocupação das bases aéreas onde predominava oficiais de direita, ocupação de rotina dos meios de comunicação — rádio e TV), cegos pelo compromisso que visavam, não foram capazes de avaliar as consequências e as responsabilidades que o envolvimento militar acarretaria para o movimento popular de massas e para os revolucionários civis e militares verdadeiramente empenhados no triunfo da Revolução Socialista.

Assim o PCP no desenvolvimento da sua política aventureira foi capaz de sacrificar todos aqueles que utilizou, caindo no descalabro de acusar todos os militares verdadeiramente revolucionários e as forças políticas que consequentemente lutaram por uma saída revolucionária para a crise aguda do poder, de não terem querido uma solução de conciliação, de não terem querido voluntariamente abrir o caminho à direita. Essa acusação aceitamos de bom grado, pois que a diferença entre o compromisso e a conciliação, entre a autonomia de classe e o namoro com a burguesia, entre a transformação radical do capitalismo e a sua reforma, é no fundo o que nos distingue e distinguirá dos reformistas e dos conciliadores.



fazer dos órgãos de poder popular bastiões da resistência ao avanço da ofensiva burguesa, e da unidade revolucionária de base — é a primeira grande tarefa

2 uma nova fase de luta de classes em Portugal

1. O golpe militar reaccionário de 25 de Novembro abriu uma nova fase da luta de classes no nosso país: **a partir de agora o movimento popular de massas passa a ter de contar exclusivamente com as suas próprias forças.** Com efeito, a liquidação do MFA como força institucional e movimento progressista, tornada possível pela «assembleia» golpista de Tancos em Agosto, e o desmantelamento das posições progressistas e revolucionárias no seio das Forças Armadas, através dos saneamentos, das prisões e das passagens à disponibilidade em massa, abriram o caminho do restabelecimento da hierarquia reaccionária militarista no seio das Forças

perderam uma batalha mas não perderam a guerra contra os seus inimigos de classe, já que se uma situação revolucionária foi perdida, não se perdeu a actualidade da luta pelo Socialismo.

Em 25 de Novembro a burguesia ganhou uma batalha, recuperou a iniciativa mas está ainda muito longe de ter resolvido a crise que tem posto em causa o seu domínio político, económico e social neste País. A burguesia esforça-se afinadamente para criar os instrumentos que lhe permitirão atacar em força o movimento popular. Isola e reprime os revolucionários, impõe um controlo férreo sobre os meios de Comunicação Social, suspende

a partir de agora o movimento popular de massas passa a ter de contar com as suas próprias forças

Armadas em rápida profissionalização. A burguesia tem hoje, pela primeira vez no decurso do processo revolucionário, o caminho aberto para o restabelecimento do seu aparelho repressivo de Estado. Esta é a característica essencial da situação aberta pelo 25 de Novembro.

A fase intermédia que estamos a viver é, independentemente dos ajustamentos actualmente em disputa, já marcada pela lógica inexorável de classe da burguesia. «Fremos já os efeitos dum poder político-militar classista dum poder político-militar acima de tudo empenhado na reconstrução dos instrumentos de que a burguesia necessita para explorar, dominar e reprimir os trabalhadores e o povo.

O golpe militar reaccionário de 25 de Novembro encerra, portanto, não só uma fase do processo revolucionário como abre, também, uma nova fase da luta de classes em Portugal.

2. Em 25 de Novembro a classe operária e o povo

perderam uma batalha mas não perderam a guerra contra os seus inimigos de classe, já que se uma situação revolucionária foi perdida, não se perdeu a actualidade da luta pelo Socialismo.

3. Ao nível do poder político-militar debatem-se hoje duas tendências fundamentais. Dum lado a **direita militar golpista** que representa a mais séria ameaça fascista que o povo trabalhador enfrenta e que, após a destruição do sector progressista e revolucionário que se havia formado no seio das Forças Armadas no decurso do processo revolucionário, tem o caminho amplamente aberto para desferir o golpe fascista logo que a situação o exigir. Do outro lado, o que resta do «grupo dos nove» sob a chefia de Melo Antunes, grupo que dispende de posições importantes ao nível dos comandos militares não possui todavia expressão de peso nas Forças Armadas dado o carácter marcadamente reaccionário da esmagadora maioria dos oficiais.

Em torno destas duas tendências agrupam-se hoje em termos transparentes as organizações políticas burguesas e conciliadoras. Enquanto o CDS e o PPD, partidos que surgem agora sem máscaras e ambiguidades afirmando-se como representantes da grande burguesia, embora com perspectivas divergentes, se colam à direita militar reaccionária, o PCP, partido que o 25 de Novembro fez perder a aparência revolucionária com que até então pretendia apresentar-se, alinha com os «nove» e procura fechar com esta tendência militar um compromisso que lhe permita partilhar o poder com a social democracia. Este compromisso conduzirá inevitavelmente o PCP a desempenhar cada vez mais o papel de força de travagem e de integração da classe operária na ordem burguesa.

Entre estas duas tendências, evitando tomar partido por qualquer delas, acha-se o PS, partido que tem graves responsabilidades no avanço das forças fascistas pelo ataque desenfreado que dirigiu contra as forças de esquerda civis e militares e que definitivamente abandonou a capa de socialista e se apresenta como força social-democrata.

4. O sucesso obtido pelas forças de direita no 25 de Novembro fez com que a burguesia se prepare a toda a velocidade para restaurar a ditadura sobre o povo trabalhador. Julga a burguesia que terá capacidade para vencer as sérias dificuldades que tem pela frente e que, contando com a ajuda imperialista, alcançará os seus objectivos. Para tanto, procura instituir uma fase em que, enganando o povo com aparentes liberdades e dando aspecto democrático ao seu poder, consolide posições que lhe permitam estar em condições de desferir o golpe fascista que abra nova fase de consolidação do seu poder de classe.

Mas em Portugal não será fácil à burguesia recuperar o seu domínio e salvar o capitalismo. As dificuldades objectivas com que se debate são enormes porque a crise económica é extremamente profunda e porque os trabalhadores foram muito longe no terreno que de 25 de Abril a 25 de Novembro conquistaram ao seu inimigo de classe.

3 tarefas dos revolucionários e do movimento popular

1. Organizar a resistência popular ao avanço do fascismo e da ofensiva repressiva da burguesia, para relançar a ofensiva sob uma forte direcção revolucionária de classe forjada no movimento de resistência, na unidade revolucionária e na força indestrutível do movimento popular de massas, é a grande tarefa que se coloca hoje aos revolucionários.

Unir o proletariado, unir o povo em torno da classe operária na luta contra o fascismo e o capitalismo debaixo de uma perspectiva revolucionária, eis a base do movimento de resistência dos trabalhadores e do povo ao golpe reaccionário da direita militar e à ofensiva repressiva da burguesia que prepara um regime de ditadura no nosso país.

Resistir, unir, lutar e vencer são os princípios que devem nortear a acção dos revolucionários e das massas populares.

O poder político-militar de direita que se está a tentar consolidar só pode ter uma política: restabelecer o aparelho repressivo de Estado da burguesia para liquidar de vez o processo revolucionário e garantir a resolução da crise económica à custa da miséria, da fome e do esforço redobrado da classe operária e dos trabalhadores e de uma total submissão aos interesses imperialistas; tomar conta dos meios de comunicação social para enganar e dividir os trabalhadores, silenciar as suas lutas e as forças políticas que consequentemente se batem pela causa dos explorados e oprimidos do nosso país; atacar as conquistas que a firmeza e determinação do movimento popular de massas impuseram, das nacionalizações ao controle operário, da reforma agrária às assembleias populares.

A resposta e a tática revolucionárias para a situação que enfrentamos assenta no triplo objectivo de **impedir o avanço da linha fascizante** ao nível do poder político-militar, **lançar uma poderosa frente de massas** capaz de liderar o movimento de resistência popular e de unir na base não só os revolucionários como todos os sectores sociais interessados na luta contra o avanço do fascismo, e redobrar os esforços na luta contra as concepções incorrectas no seio do movimento operário, contra o reformismo, o revisionismo e o esquerdismo, **redobrar os esforços na luta pela organização da vanguarda revolucio-**

nária de classe, pelo partido revolucionário da classe operária, única forma de assegurar uma direcção proletária para a luta popular contra o fascismo, o capitalismo e o imperialismo.

2. As grandes tarefas que resultam desta resposta revolucionária, devem ser levadas a cabo sob a clara noção de que o verdadeiro antifascismo é anticapitalista, já que o fascismo se alimenta do lucro e da exploração capitalistas, e de que se os trabalhadores se remeterem a uma perspectiva meramente defensiva serão inevitavelmente derrotados pelo avanço das forças de direita.

Fazer dos órgãos de poder popular bastiões da resistência ao avanço da ofensiva burguesa e da unidade revolucionária de base e a primeira grande tarefa.

Sem posições revolucionárias no seio do aparelho de Estado e das Forças Armadas o poder popular não se poderá manter nem desenvolver em alguns dos níveis já alcançados. As comissões de trabalhadores, de moradores, de soldados, os conselhos de aldeia e as assembleias populares, órgãos de poder dos explorados e oprimidos vão ganhar nova dimensão. O vazio de poder que lhes abriu muito terreno vai ser preenchido pela política classista burguesa do poder político-militar. Os apoios recebidos das unidades militares progressistas irão ser substituídos pelos ataques mais ou menos legalistas. Por tudo isto, a necessidade de reforço da ligação às massas dos órgãos de poder popular através de um correcto programa de luta e da recusa de todas as manobras sectárias e antidemocráticas é essencial.

A centralização e coordenação das comissões de trabalhadores e moradores é ainda o caminho a percorrer mas sabendo que a luta ganhará progressivamente lugar em relação ao poder. As assembleias populares devem solidificar-se com executivos que se transformem em verdadeiros comités de luta que organizem localmente a autodefesa dos trabalhadores face à repressão, impeçam o isolamento dos vários órgãos de poder popular e dinamizem todo o movimento de resistência popular.

Criar uma forte barreira à política de salvação do capitalismo é a segunda grande tarefa.

A política económica que os trabalhadores têm de defrontar nesta fase de luta está já à mostra com a

primeira medida tomada, a suspensão da contratação colectiva.

A política de fazer pagar aos trabalhadores a crise económica, com o congelamento de salários, o aumento dos ritmos, cargas e horários de trabalho, e com os aumentos de preços e necessário responder com um forte movimento que consiga articular a defesa do controlo operário das nacionalizações e da reforma agrária com o desenvolvimento da luta reivindicativa, as comissões de trabalhadores com o movimento sindical.

Lançar uma poderosa frente de massas antifascista e anticapitalista é a terceira grande tarefa.

A resposta revolucionária à situação e desenvolvimento da resistência popular ao avanço do fascismo exigem o lançamento de uma frente de massas.

Uma frente de massas capaz de unir as classes e sectores sociais que podem fazer frente à ofensiva repressiva da burguesia, defender as conquistas revolucionárias do povo trabalhador e possibilitar o relançar da ofensiva operária e popular.

Uma frente de massas capaz de unir os revolucionários na base, na luta, debaixo de uma orientação autónoma face ao reformismo.

Uma frente de massas capaz de liderar a luta pela libertação dos militares revolucionários presos, contra a repressão contra o congelamento de salários, o desemprego e a exploração, por uma informação popular contra a informação reaccionária e monopolização dos órgãos de comunicação social pelo poder político-militar e os partidos burgueses e conciliadores que o suportam.

Uma frente de massas alicerçada numa dinâmica de base, em comissões que expressem essa unidade e luta que é necessário construir e travar.

3. Assentar a resistência ao avanço da direita e do fascismo em bases sólidas, assegurar a hegemonia das posições revolucionárias no seio do movimento popular, isto é, a actualidade da luta pelo Socialismo em vez do defensismo total, o anticapitalismo em vez do novo antifascismo, ganhar a força necessária para relançar a ofensiva popular e poder vencer. Tudo isto exige empenhar todos os esforços na luta pela organização da vanguarda revolucionária de classe capaz de liderar consequentemente a luta dos explorados e oprimidos até à vitória final



ainda o "25 de Novembro"

mesa-redonda com 3 camaradas da Comissão de Luta de Beja

PODER POPULAR — Durante os acontecimentos de 25 de Novembro funcionou em Beja uma Comissão de Luta. Como foi formada? Qual a acção desenvolvida e quais os entraves que encontrou?

1.º elemento — O Comité de Luta foi formado pelos secretariados das CMseCTs, muitos sindicatos e partidos políticos, para responder aos acontecimentos que então se desenrolavam e apoiar a luta dos «páras»...

2.º elemento — Quanto aos partidos nós sabemos que na noite de 25 de Novembro elementos do MES foram à sede do PC com o fim de se propôr que se criasse em Beja um Secretariado Coordenador das organizações políticas de esquerda. Os elementos do PCP anuíram a isso e formou-se esse secretariado composto pelo MES/PCP/PRP e MDP. Mais tarde fez-se então uma reunião entre esse secretariado e as CMs e CTs.

1.º elemento — Dá-nos a impressão que o PCP ainda não tinha ordens da sua sede central e, portanto anuíram a isso. Porque a partir da 1.ª reunião começámos a perceber que o controlreiro do PCP dava ordens para travar o Comité de Luta... Um membro da União dos sindicatos te-

trução Civil que foi aprovada por todos menos o PC e o sindicato dos Trabalhadores Rurais. O PC começou a fugir a essa proposta, a dizer que teria de ir ao partido «saber instruções...» e que depois voltaria.

O CL é que não parou. Fez-se uma paralização dos trabalhos da indústria de Beja e foram canalizados os trabalhadores para a P. da República. Aí foi lida a nossa proposta e várias moções; mobilizámos os trabalhadores e eles nessa Assembleia, podemos dizer... Popular, onde estavam cerca de 1500 pessoas, anuíram à nossa posição de irem para as fábricas e as empresas discutirem e se organizarem.

Entretanto o CL mantinha-se sempre reunido, colhendo informações e ia informando através de «placards», o povo de Beja...

3.º elemento — No dia 26 de Novembro esperou-se o dia consecutivo por uma resposta da União dos Sindicatos que se mantinha deslocado a Lisboa à Intersindical... Eles, ao fim e ao cabo não disseram nada... «que isto não era nada...» «não se sabia donde é que vinha... se extrema-esquerda se da extrema-direita...» No entanto nós sabíamos onde é que isto vinha.

Mais tarde apareceram-nos uns camaradas fardados de Tancos que vinham contactar o Alentejo, com o

tudo e por nada «Fora com o VI Governo» — «Fora com o P. de Azevedo» bate-se palmas a um Otel... e nessa altura havia muitos explorados a dizer que esta é que é a altura de fazer manifestações, de fazer concentrações... pois estavam-se a passar coisas muito graves. Outros continuaram sem perceber nada. Não sabiam nada porque parece haver certos controlreiros que só sabem «lavar o cérebro» às pessoas, aos menos conscientes.

E tudo isto é chato! Com tudo isto acho que essas pessoas estão agora um bocadinho mortas, apagadas, numa altura em que não deviam estar.

PODER POPULAR — Portanto os camaradas que vinham vindo de Tancos, acabaram por ver traida... a sua luta?

1.º elemento — Sim! Nós chegamos a fazer mesmo uma reunião do «C. L.» com o sindicato dos trabalhadores rurais em que estiveram presentes os 3 camaradas de Tancos que tinham vindo buscar ajuda e ela foi-lhes recusada pelo sindicato que se recusou a mobilizar as massas.

Nós tentámos várias vezes trazer também os rurais para uma concentração,

Houve até uma reunião na União dos Sindicatos em que o Soeiro, presidente do Sindicato dos Rurais, saiu a dizer que ia para Évora. Depois, passado um quarto de hora, fez chamar os sindicatos todos, menos o da construção civil que não está sob a alçada da União. Não soubemos o que se passou lá; o que se sabe é que aqueles sindicatos nunca mais apareceram no «C. L.».

Depois, para tentar calar o «C. L.», a União dos Sindicatos trouxe de Lisboa vários elementos da Intersindical que tentaram demonstrar que aquilo era um golpe dos esquerdistas que eram uns contra-revolucionários, sei lá... Houve até um elemento desses que chegou ao cúmulo de dizer que tudo isto tinha sido por causa do poder popular... Nós ripostamos e fizemos vincar que se fizeram manifestações ao Vasco Gonçalves e que quando chegou o momento dele precisar dessas manifestações, foi traido... O Otel a mesma coisa, fizeram festas ao Dinis de Almeida e depois chamaram-lhe pseudo-revolucionário... e que estavam era a «passar a esponja» para nós nos calarmos.

Portanto houve uma traição a todos os trabalhadores deste País; não podemos esquecer que 3 camaradas fardados se tinham deslocado a Beja para le-

isso é que é mesmo chato! Não sei qual irá ser a resposta dos trabalhadores a esse gerência desse sindicato quando vierem a saber dessa traição à sua própria luta.

Poder Popular — Era importante darem também ideia daquilo que se passou fora da região de Beja.

2.º elemento — Por exemplo, em Serpa, nós

jo eles deram a volta às «capelinhas». Em Cuba aconteceu o mesmo, ainda com mais mobilização, as massas queriam mesmo avançar... No Alvito sabemos que há muitos camaradas que saíram do partido, que rasgaram mesmo os cartões...

Em relação ao Alentejo foi quase tudo assim, por todo o lado. Eles agora andam a denunciar a esquer-



a partir da 1.ª reunião começámos a perceber que o controlreiro do PCP dava ordens para travar o Comité de Luta

lefonou para Lisboa e a resposta da Intersindical foi: «Vão todos trabalhar» Mas o CL voltou a fazer pressão porque, não havia dúvidas nenhuma, estar em perigo o avanço para a Revolução Socialista. Voltou-se a fazer então nova reunião ainda com o PCP mas já sem o MDP. Aí surgiu uma proposta do Sind. da Cons-

CL; ao fim e ao cabo «bateram» lá uma série de horas com a gente também sem se deitar à volta de 3 dias. O sindicato dos trabalhadores rurais mantinha-se calado, e eles ainda têm muita força... Claro que havia muitos trabalhadores chateados com aquilo; pois batem-se palmas e fazem-se manifestações por

para informarmos do que se passara e daí tirarmos directrizes para «que desse e viesse», mas de todas essas vezes o sindicato «camuffou» sempre e levou avante a não concentração dos rurais. Nós estamos cientes que se isso não acontecesse, os explorados e oprimidos desta terra teriam tomado outras atitu-

var o apoio do povo Alentejano aos «páras»... vamos continuar a ver formar governos nas costas dos trabalhadores, agora ainda piores... os trabalhadores deste País são atraídoos pelas costas...

3.º elemento — É de lamentar é que os explorados deste País sejam traidos por camaradas de trabalho.

soubemos que os trabalhadores queriam sair para a rua... queriam pegar em armas... os militantes do P. C. andavam à deriva, sem informações, sem directrizes.

Soubemos agora que no fim-de-semana esteve lá o Francisco Miguel, do Comité Central, a «lavar a cabeça» aos gajos, aliás como em quase todo o Alentejo.

da revolucionária... há alguns gajos que lhes fazem perguntas... há uma grande parte das pessoas do «partido» que não estão esclarecidas, que não acreditam na versão «oficial»... por isso recorrem à «malta». É desse sentido que nós temos continuado a trabalhar, para informar e continuar a mobilizar os trabalhadores...

SESSÕES DE ESCLARECIMENTO EM TODO O PAÍS

Considerando a urgente necessidade de levar junto das massas trabalhadoras uma correcta análise sobre os acontecimentos de 25 de Novembro e de definir quais as tarefas actuais do movimento popular de massas decidiu o MES levar a efeito um conjunto de sessões de esclarecimento, de Norte a Sul do País.

Assim realizaram-se já as seguintes:

Barreiro — sábado dia 13 pelas 15 horas.

Estaleiros Navais de Viana do Castelo — 2.ª-feira dia 15 pelas 18 horas.

Amadora — 2.ª-feira dia 15 pelas 21.30 horas.

Para os próximos dias podemos desde já anunciar as seguintes:

Alcântara — 3.ª-feira dia 16 pelas 21.30 horas.

Sacavém — 4.ª-feira dia 17 pelas 21.30 horas.

Marinha Grande — 4.ª-feira dia 17 pelas 21.30

horas.

Serpa — 4.ª-feira dia 17 pelas 21.30 horas.

Cuba — 4.ª-feira dia 17 pelas 21.30 horas.

St.ª Iria da Azóia — 5.ª-feira dia 18 pelas 21.30

horas.

Grândola — 5.ª-feira dia 18 pelas 21.30 horas.

Coimbra — 5.ª-feira dia 18 pelas 21.30 horas.

Évora — 6.ª-feira dia 19 pelas 21.30 horas.

Caldas da Rainha — 6.ª-feira dia 19 pelas 21.30

horas.

Setúbal — 6.ª-feira dia 19 pelas 21.30 horas.

Beja — 6.ª-feira dia 19 pelas 21.30 horas.

Quiaios — 6.ª-feira dia 19 pelas 21.30 horas.

Lumiar — 6.ª-feira dia 19 pelas 21.30 horas.

Vila Verde — sábado dia 20.

Peniche — sábado dia 20 pelas 21.30 horas.

Covilhã — sábado dia 20 pelas 16.00 horas.

Para as quais apelamos à ampla participação e debate.

o MES na conferência da Comité Russel de apoio a Portugal

Partiu para Paris onde representará o MES nas sessões de 13 e 14 de Dezembro do Comité Russel de Apoio a Portugal o camarada José Galamba de Oliveira.

Desta conferência propõe-se:

Que os organizadores elaborem planos precisos tendentes a pôr em prática e a prosseguir as seguintes actividades:

1 — Desenvolver, em todos os países, uma corrente de informações precisas sobre a revolução portuguesa.

2 — Desmascarar as intervenções estrangeiras contra a revolução portuguesa tanto ao nível dos Governos como das empresas multinacionais. Organizar à escala europeia e internacional, a resistência contra essas manobras.

3 — Organizar a ajuda política e material aos comités de operários, de camponeses, de moradores e soldados; desenvolver encontros entre as organizações do movimento operário no estrangeiro e estes comités; apoiar o direito de se defenderem por todos os meios à sua disposição.

4 — Desmascarar as posições de poderosos imperialistas em Angola e em Timor; ajudar a luta do MPLA e da FRETILIN contra este ataque.

Os recentes acontecimentos, tanto em Portugal como em Angola, mais não fazem que tornar mais urgente a organização desta solidariedade.

À VENDA!

unir os revolucionários na construção do poder popular. essa é a condição da vitória final da revolução socialista. revolucionário poder popular vitória! vitória! vitória! vitória! vitória! vitória! vitória! vitória! vitória! vitória!

MES

da revolução socialista. revolucionário poder popular vitória! vitória! vitória! vitória! vitória! vitória! vitória! vitória! vitória! vitória!

INTERVENÇÃO POLÍTICA III

Reuniu o Conselho Político Nacional

Reuniu nos dias 7 e 8 de Dezembro o Conselho Político Nacional do Movimento de Esquerda Socialista com a presença das direcções Nacional e Regionais do Movimento.

Foi largamente debatido o informe apresentado pela Comissão Política Nacional acerca dos acontecimentos do 25 de Novembro e da situação política actual, assim como caracterizada a nova fase do processo revolucionário e apontadas as tarefas que se apresentam ao MES, a todas as forças revolucionárias e às organizações do Poder Popular.

Da análise dos acontecimentos do 25 de Novembro resultou claro a verdadeira natureza do empenhamento das diversas forças políticas e militares nos acontecimentos de que resulta o repúdio pelas acções que são dirigidas ao MES e aos militares revolucionários, de qualquer iniciativa golpista.

O MES está em condições de explicar com precisão o grau de envolvimento das diversas forças políticas e militares nas acções do 25 de Novembro e não aceita ser envolvido numa manobra que visa a

liquidação de militares e forças políticas revolucionárias desde sempre empenhados na luta pela libertação dos explorados e oprimidos e pela construção do socialismo em Portugal.

Foi decidido lançar uma ampla campanha de esclarecimento popular a nível nacional acerca dos acontecimentos e da actual situação política.

Foi decidido ainda, adiar o II Congresso Nacional tendo sido marcada a sua realização para os dias 7 e 8 de Fevereiro de 1976.

Foi aprovada uma moção de solidariedade revolucionária aos militares revolucionários presos no decurso dos últimos acontecimentos.

Foram aprovadas moções de solidariedade aos povos da República Popular de Angola e da República Democrática de Timor Leste que se transcrevem em anexo.

Lisboa, 9 de Dezembro de 1975

O Secretariado da C.P.N. do M.E.S.

Poder Popular

O que se joga em Angola

CONSELHO POLÍTICO DO MES

apoio ao MPLA

1.ª MOÇÃO

O Conselho Político Nacional do Movimento de Esquerda Socialista, reunido em Lisboa a 7 e 8 de Dezembro de 1975, para analisar os acontecimentos do 25 de Novembro e lançar as bases de luta no novo período que se abre aos revolucionários portugueses, — **saúda o povo da República Popular de Angola**, conduzido pela sua vanguarda revolucionária, o M. P. L. A., que com enorme coragem trava a sua segunda guerra de libertação contra as forças coligadas do imperialismo, afirmando a determinação de todos os militantes do MES no combate às mesmas forças que no nosso país acabam de inflingir uma derrota às forças revolucionárias e populares, derrota que não será definitiva e para a superação da qual se inspira nas palavras de ordem do M. P. L. A.: **A luta continua! A vitória é certa!**

e à FRETILIN

2.ª MOÇÃO

O Conselho Político Nacional do MES reunido em 7 e 8 de Dezembro de 1975, para analisar os acontecimentos de 25 de Novembro e lançar as bases de luta no novo período que se abre aos revolucionários portugueses — **saúda o povo da República Democrática de Timor Leste** perante a brutal agressão das forças imperialistas, que têm por objectivo sufocar a sua liberdade e a sua independência;

— denuncia a atitude hipócrita do Governo português, que exprime claramente a sua natureza de **submissão ao imperialismo**;

— asseguram ao povo de Timor Leste e à sua vanguarda revolucionária, a FRETILIN, a solidariedade dos revolucionários portugueses, que se concretizará essencialmente numa mesma determinação no combate às forças do imperialismo no nosso país.

— manifestar finalmente aos camaradas da FRETILIN e ao povo de Timor Leste a convicção de que a sua luta desigual e corajosa, quaisquer que sejam as suas vicissitudes, constitui uma frente de importância histórica nas lutas de libertação dos explorados e oprimidos de todo o mundo.

11 de Novembro — proclamação da independência de Angola.

25 de Novembro — golpe militar contra-revolucionário em Portugal.

A proximidade destas datas não é um acaso: muitos têm defendido que o processo de independência de Angola e o processo revolucionário em Portugal estavam inter-ligados. Podemos adiantar alguns factos que o comprovam.

Em Angola não houve o 25 de Abril, nem o 28 de Setembro, nem o 11 de Março: em Angola foram postas de conserva as forças reaccionárias que haveriam de preparar e de apoiar as tentativas de retorno ao fascismo em Portugal. Os pides não foram presos, foram até integrados na estrutura militar; a O. P. V. D. C. A. só pouco a pouco foi desactivada; oficiais reaccionários, como Almendra, foram nomeados para altos postos, e outros, como Firmo Miguel, encontraram em Angola bom acolhimento e condições propícias para o trabalho conspirativo. A vaga de retornados inundou o País de norte a sul, e com ela vieram todos os conspiradores, os colonialistas frustrados e os fascistas. As Forças Armadas foram lá mantidas à margem de todo o processo revolucionário, conservando a sua aptidão para instrumento dócil da burguesia, ao serviço do restabelecimento de uma ordem

que estava a soçobrar.

Neste momento, enquanto em Portugal as forças que desencadearam o golpe de direita procuram aumentar o seu poder, controlando o aparelho militar, os órgãos de comunicação social, procurando intimidar as classes trabalhadoras para as preparar para uma renovada exploração, em Angola afirma-se o poder do MPLA contra as forças conluídas com o imperialismo. Com o apoio material de países progressistas, a combatividade das FAPLA e sobretudo com o enorme esforço popular, a República Popular de Angola organiza a resistência e passa à contra-ofensiva. Assim, os mercenários do Zaire e os traidores são empurrados para mais de 100 km de Luanda. É libertada a vila de Nambuangongo, lugares sagrados das lutas contra o colonialismo, o porto e cidade de Ambriz são abandonadas pela tropa da FNLA, a base aérea do Negage, entregue intacta pelos portugueses e terminus da ponte aérea desde o Zaire, deixou de estar operacional, por demasiado ameaçada pelas FAPLA. A Sul, perante a invasão das forças Sul-africanas conjugadas com a UNITA, o ELP e Chipenda, o MPLA já organizou uma frente que avança agora com segurança na libertação das regiões ocupadas, em direcção às cidades do planalto e do litoral. E por detrás das li-

nhas inimigas, os guerreiros iniciam acções militares contra os invasores. Mas as agências noticiosas ligadas ao imperialismo inventam com persistência derrotas do MPLA.

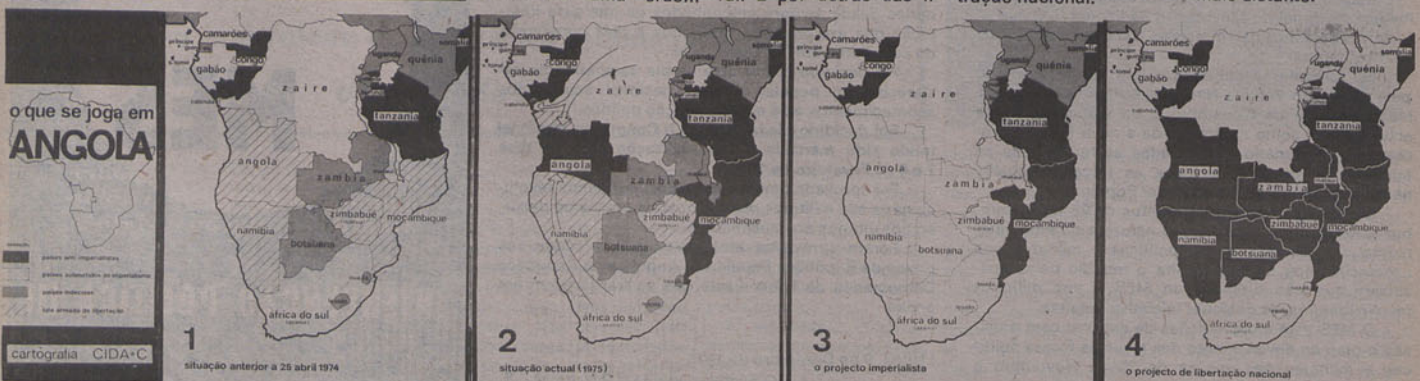
Entretanto, a nível internacional, a situação clarifica-se a favor do MPLA. Dois grandes estados africanos, a Nigéria e a Tanzânia, reconhecem a República Popular, e a invasão Sul-africana é finalmente denunciada. Perante as calúnias do imperialismo e as hesitações de alguns países, Agostinho Neto proclama solenemente o não-alinhamento de Angola.

Perante estes desaires, vêm à superfície as desavenças entre as forças conluídas. O fascista Santos e Castro zanga-se e deixa o comando da FNLA na frente Norte; Savimbi acusa Chipenda de traidor num comício na cidade de Huambo, «capital» da república fantoche FNLA-UNITA; mercenários violam mulheres de altos dignitários da UNITA.

Muitos retornados, verificando que a situação se estabiliza, pretendem voltar a Angola e inundam o MPLA de pedidos de vistos. Mas o povo angolano não consente que se abram as portas aos exploradores e carrascos de ontem: só os técnicos serão admitidos, aqueles que estejam em condições de trabalhar para a reconstrução nacional.

Enquanto isto, o Governo português denuncia na ONU a invasão de Timor-Leste pelas tropas indonésias. O Governo que não denunciou esta invasão logo que ela se deu e que fechou hipocritamente os olhos à agressão Sul-africana contra Angola procura agora salvar a face. Com o sangue de angolanos e de timores, a «exemplaridade» do nosso processo de descolonização está à vista. Tal só teria sido possível em termos de aliança com os movimentos de libertação, aliança que exigiria um poder revolucionário em Portugal. Como, pelo contrário, desde o 25 de Abril, no poder político-militar estiveram sempre representadas forças ligadas ao imperialismo, o tão falado processo de descolonização português limitou-se a verificar o poder do PAIGC e da Frelimo e nos casos de Angola e Timor a exprimir as contradições do próprio processo interno.

E como o disse já o Presidente Samora Machel: o governo de Moçambique estabelecerá relações normais com o Governo português; mas só serão possíveis relações fraternas, privilegiadas, se em Portugal o poder, tal como em Moçambique, for um poder revolucionário. Em 25 de Novembro esse momento passou a ficar mais distante.



DEMOCRACIA E OPORTUNISMO

MARX/ENGELS:

LENINE:

«Quando se afasta a luta de classes como um fenómeno penível e 'vulgar', não resta mais ao socialismo senão fundamentar-se no 'verdadeiro amor da humanidade' e nas frases ocas sobre a 'justiça'»

«Quanto a nós, e segundo o nosso passado, um só caminho nos está aberto. Nós assinalamos a luta de classes como o motor da história mais decisivo e designamos a luta social entre a burguesia e o proletariado como a grande alavanca da revolução social moderna»

Segundo alguns senhores, um partido revolucionário não deve ser um partido exclusivamente operário mas um partido universal, aberto a «todos os homens impregnados de um verdadeiro amor pela Humanidade». (...) Para retirar à burguesia o último sinal de medo, dever-se-lhe-ia provar claramente que o espectro vermelho não é senão um espectro, que ele não existe.

Mas o que é o segredo do espectro vermelho senão o medo da burguesia da inevitável luta de morte que ela terá que travar com o proletariado? O medo do resultado fatal da luta de classes actual? Que se «acabe» com a luta de classes, e à burguesia e «todos os homens independentes» não temerão mais «marchar com os proletários, de mãos dadas!» E os papalvos seriam precisamente os proletários...

O programa não seria abandonado mas apenas adiado — por um período de tempo indeterminado. Adopta-se, não por ele próprio e para o presente, mas apenas a título póstumo, como um testamento destinado às gerações futuras. Na espera, empregar-se-iam «todas as forças e energias» para fazer todas as espécies de emendas e remendos à sociedade capitalista, fazendo crer que se passaria na mesma,

e apesar de tudo, qualquer coisa e para que a burguesia não se assustasse...

São os representantes da pequena burguesia que se anunciam assim destas maneiras, com medo que o proletariado, lançado pela situação revolucionária, «vá longe de mais». Em vez de uma oposição política aberta: negociação geral; em vez da luta contra o Governo e a burguesia; a tentativa para os ganhar e persuadir; em vez de uma resistência enérgica a todas as violências vindas de cima: a submissão humilde e a confissão de merecer o castigo.

Todos os conflitos historicamente necessários são interpretados como sendo mal-entendidos e todas as discussões terminam pela constatação do perfeito acordo das partes. As pessoas que em 1848 se consideravam como democráticas, podem agora facilmente autodominar-se revolucionários. Para os primeiros, era a república democrática que estava infinitamente longe; para os segundos é o derrube do sistema capitalista, e este objectivo não tem por conseguinte nenhuma importância para a prática política do presente; pode-se portanto negociar, fazer compromissos, agir como filantropos, e com toda a alegria!

O mesmo se passa em relação à luta de classes

entre o proletariado e a burguesia. Ela é reconhecida no papel, uma vez que não se pode negar, mas procura-se camuflá-la na prática, apagá-la, enfraquecê-la (...), preferindo-se empregar toda a força e energia em reformas pequeno-burguesas de remendo, que são outros tantos novos apoios da antiga ordem social e que provocam o risco de transformar a catástrofe final num processo de dissolução lento, fragmentário e paulatino...

Quando se afasta a luta de classes como um fenómeno penível e «vulgar»,

não resta mais ao socialismo senão fundamentar-se no «verdadeiro amor da Humanidade» e nas frases vazias e ocas sobre a «justiça»!...

(...) Quanto a nós, e segundo o nosso passado, um só caminho nos está aberto. Nós assinalamos, já quase há quarenta anos, a luta de classes como o motor da História mais decisivo e designamos a luta social entre a burguesia e o proletariado como a grande alavanca da revolução social moderna. (...)

K. Marx/F. Engels — Setembro de 1879

O que Marx mais combateu em toda a sua vida foram as ilusões da democracia pequeno burguesa e do democratismo burguês. O que ele mais ironizou foram as frases ocas sobre a liberdade e a igualdade, quando estas encobrem a liberdade dos operários morrerem de fome, ou a igualdade do homem que vende a sua força de trabalho com o burguês que, no mercado pretensamente livre, compra livremente e com plena igualdade esta força de trabalho, etc.. Tudo isto foi posto a nu em todos os seus trabalhos económicos. Podemos dizer que todo «O Capital» de Marx se empenha em esclarecer esta verdade, que as forças fundamentais da sociedade capitalista são e só podem ser a burguesia e o proletariado; a burguesia, como construtor

desta sociedade capitalista, seu dirigente e animador; o proletariado como seu coiveiro, como única força capaz de a substituir. Pode afirmar-se que os «socialistas» do mundo inteiro, no seio da Internacional, juraram muita vez aos seus deuses, diante dos operários, que tinham compreendido esta verdade. Mas quando as coisas chegam à verdadeira luta, à luta decisiva pelo poder entre o proletariado e a burguesia, constatamos que os nossos mencheviques e os nossos socialistas-revolucionários, assim como os chefes dos velhos partidos «socialistas» do mundo inteiro, esqueceram esta verdade e se puseram a repetir de forma puramente mecânica as frases filísticas sobre a democracia em geral. LENINE, 1919.

«O que Marx mais combateu em toda a sua vida foram as ilusões da democracia pequeno-burguesa e do democratismo burguês»

«As forças fundamentais da sociedade capitalista são, e só podem ser, a burguesia e o proletariado»



a situação actual e as tarefas nos quartéis

1. Com os acontecimentos de 25 de Novembro e dias seguintes, a direita venceu uma importante batalha que nós, soldados, marinheiros e todos os militares revolucionários não conseguimos evitar.

Por um lado, fomos ingénuos ao avaliar o grau de amadurecimento da organização da direita (capacidade para lançar acções coordenadas ao nível civil — barricadas nas estradas em Rio Maior, Bombarral e Torres Vedras — amadurecimento de um plano de acções militares).

Por outro lado a nossa organização, embora fosse bastante avançada em alguns quartéis e tivéssemos conseguido bastantes vitórias, ainda não tinha amadurecido suficientemente de modo a ter uma direcção política global e independente de outras acções ou oficiais progressistas.

Quanto à primeira questão fomos vítimas das acções inconsequentes (iniciadas e não levadas até ao fim) do reformismo que, deste modo, se transformaram em puro aventureirismo de direita...

Quanto à segunda questão, diremos apenas que nos últimos meses se avançou bastante, inicialmente com a contra-ofensiva popular à ofensiva dos «Nove» e de toda a direita. Esta nossa contra-ofensiva foi iniciada com a acção dos SUV e prosseguida consequentemente com a criação das Comissões de Soldados, democraticamente eleitas. Também aqui as nossas perspectivas se mostraram correctas e não custa a ver que, pela dinâmica que o desenvolvimento do Movimento de Soldados (Comissões de soldados) estava a ter, dentro de pouco tempo chegaríamos a uma organização madura e capaz de dirigir politicamente a acção dos soldados, articulando-a com o movimento Popular de Massas, que cresce também a olhos vistos. Por isso, mais uma vez, tal como no Chile e em muitos outros pontos do mundo, as acções desencadeadas pelos reformistas, ao atá-las de pés e mãos à sua perspectiva limitada de disputa à burguesia de mais lugares no aparelho de estado burguês (ou no C. da Revolução), acaba por trair o Movimento Popular, pela sua inconsequência, porque não acaba aquilo que começa, porque quando a direita responde e nós, soldados, marinheiros, fuzileiros..., quisemos passar à contra-ofensiva que destruiria a direita, fomos impedidos e desmobilizados. Por isso uma lição temos a tirar: a direcção reformista opõe-se à revolução. Quando os revolucionários querem avançar, trava-os! Só uma direcção revolucionária pode conduzir os revolucionários à vitória da Revolução Socialista!

2. AS NOVAS CONDIÇÕES DE LUTA

O Movimento dos Soldados não acabou. Está enfraquecido, é certo. Muitos dos seus melhores elementos estão fora dos quartéis, na disponibilidade. A nossa tarefa imediata é agora fortalecer o que ficou desse Movimento de Soldados, alargá-lo e dar-lhe projecção. Para isso temos que ter uma tática que articule convenientemente os nossos objectivos estratégicos — a luta pelo socialismo e a criação do Exército Popular — com as acções e as tarefas imediatas.

Temos que saber detectar qual é o nosso inimigo, para o abater e saber pôr decididamente do nosso lado os nossos amigos e atrair os hesitantes. Para isso é necessário descortinar algumas das contradições fundamentais em torno das quais se deve articular a nossa tática:

a) **Contradições a nível político militar:** distinguir entre as forças que se opõem ao avanço do fascismo (ou que se recusam submeter aos sectores militares de direita), e as forças abertamente de direita. Temos que saber distinguir entre os militares abertamente do MDLP, ELP, spinolistas, seguidores dos Pires Velosos ou do Jaime Neves, etc., e as posições dos militares reformistas, devendo evitar hostilizar estes últimos, o que os pode levar a radicalizar-se para a direita.

b) **Contradições a nível militar mais geral** (posição face ao Governo, MFA, CR, eleições legislativas, etc.). Estamos conscientes que estas contradições só nos aparecerão dentro dos quartéis, nos reflexos que vão ter na linha seguida pelos comandantes e oficiais (mais ou menos reaccionários, mais ou menos liberais). Só as vamos ver no regresso à disciplina do RDM fascista,



nas exigências de cabelo cortado, das botas engraxadas, etc.

É importante ter presente estas contradições para adoptar uma tática correcta face à nova situação dentro dos quartéis onde vamos assistir a:

1.º — **Aumento da repressão** — estamos já a assistir ao regresso das antigas formas de disciplina repressiva, que pelo cabelo comprido, ou pela falta dos sapatos da ordem ou do botão na camisa, dá uns tantos reforços ou guardas, ou uns cortes de dispensa, etc.

2.º — **Eliminação dos órgãos de massa, democraticamente eleitos** (quer funcionassem bem ou mal): não vai haver mais ADUs, GDU's, Comissões de Soldados, etc.

Podemos avaliar, para daí retirar as consequências práticas para o estabelecimento duma tática dentro e fora dos quartéis, alguns dos princípios fundamentais deste documento que bem poderia ter sido subscrito por Spínola:

1.º — Diluição do MFA na hierarquia militarista (eliminação do MFA)

«As contradições surgidas e resolvidas em 25 de Abril de 74 criaram as condições para identificar as FAP com o espírito do programa do MFA.»

2.º — O povo português só concede autoridade para o defender às FAP, PSP, GNR, e GF.

As classes trabalhadoras não se podem defender a elas próprias.

4.º — A missão histórica das FAP é garantir a transição pacífica e pluralista para a democracia e o socialismo. (Sempre quando lhe for útil nunca a direita deixará de falar em socialismo — pluralista, português ou até... nacional...)

5.º — Profissionalização do Exército — força repressiva.

6.º — As FAP são o suporte último da autoridade do poder político.

Quer dizer: o Exército profissional de senhor general Eanes não é mais do que o aparelho repressivo de que a burguesia tanto necessita para reprimir as nossas lutas, as lutas dos trabalhadores. Quem infringir a legalidade burguesa, quem puser em causa o VI Governo da burguesia deverá contar com o correctivo pronto e eficiente das FAP.

7.º — Anulação das principais conquistas dos soldados

3. QUE FAZER?

Temos portanto que nos organizar para a resistência contra esta ofensiva repressiva em marcha, de que vamos ser as vítimas dentro dos quartéis, e os instrumentos (contra os trabalhadores) fora dos quartéis.

Temos que saber atrair o apoio daqueles que possam estar do nosso lado e oferecer-lhes perspectivas de luta e organização. É necessário, portanto, lutar pela criação de **Comités de Resistência** em todas as Unidades onde possam participar todos esses elementos e cujos objectivos serão:

— Luta pela melhoria das condições de vida e de alojamento dos soldados;

— Luta contra a repressão e o uso, a torto e a direito, do RDM (cabelos, botas engraxadas, botões, etc.);

— Luta pela conquista das liberdades de discussão e reunião dentro das Unidades;

— Impedir o saneamento e repressão aos militares progressistas;

— Luta contra os elementos direitistas, ELP, MDLP, spinolistas, etc.

3.º — **Repressão sobre a liberdade de discussão, de reunião e informação dentro dos quartéis.** Ou então vamos assistir, como no Regimento de Comandos da Amadora, à transmissão diária e permanente de propaganda anticomunista pelos altifalantes da Unidade, no jornal de parede, etc.

4.º — **Repressão sobre o Movimento Popular de massas** — vão tentar utilizar-nos para repressão aos órgãos de Poder Popular, (Comissões de Moradores, Comissões de Trabalhadores, etc.).

Tudo isto acaba de ser institucionalizado na nova lei constitucional de 10 de Dezembro, apresentada pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, o «democrático e socialista» general Ramalho Eanes.

depois do 28 de Setembro e do 11 de Março especialmente: liberdade de informação, discussão e reunião.

Tudo isto sob a capa dum apartidarismo rigoroso!... e da Unidade de Comando!

8.º — O principal factor de coesão num exército popular é a luta pelo socialismo ao lado do povo trabalhador. Nas FAP o principal factor de coesão é a disciplina do RDM (cumprimento das missões, que são determinadas através da cadeia de comando, que não podem ser contestadas, ultrapassadas ou ignoradas).

Vamos portanto assistir ao rigorosíssimo cumprimento em todos os nossos passos do RDM fascista!

9.º — Unidade de doutrina. Que doutrina?

A doutrina do comandante está sempre certa. Porquê? Porque tem mais galões, evidentemente... E a burguesia conta com eles para defesa dos seus interesses! Mas, por acaso, não contrariará este princípio, o tão apregoadado pluralismo? Não, porque «Pluralismo só há um, o do comandante e mais nenhum!»

10.º — Unidade de Comando.

Isto não é mais do que, ao dizer que só o Comando é responsável, todos os órgãos democráticos de massa dentro dos quartéis, funcionassem eles bem ou mal (ADU, GDU, plenários de unidade) são proibidos.

— Movimento de solidariedade aos militares progressistas e revolucionários actualmente presos (cerca de 200) em condições humilhantes e indignas;

— Propaganda revolucionária (clandestina) que neutralize os efeitos da propaganda reaccionária e militarista da direita (jornais, folha volante, etc.).

— Luta e recusa de repressão aos órgãos de poder popular e outras formas de organização dos trabalhadores.

Preparar a Revolução, de agora em diante, tem que passar a ser planeado profundamente e dobrado com actos e formas ofensivas e defensivas, dentro e fora dos quartéis.

Portanto, camaradas, quando alguns de nós, à primeira vista, pudéssemos pensar que agora não há nada a fazer, que está tudo perdido, etc., vemos claramente como estamos enganados. **Muito há a fazer e desde já. Não há tempo a perder.** A Revolução Socialista é um objectivo sempre actual. Temos é que trabalhar mais para lá chegar quando as dificuldades aumentam! Mãos à obra!